

Reflexões sobre os fundamentos do Serviço Social com base na teoria social de Marx

Reflections on the foundations of Social Work based on Marx's social theory

Isaura Gomes de Carvalho Aquino* 

Inez Rocha Zacarias** 

María Fernanda Escurra*** 

Elziane (Ziza) Olina Dourado**** 

RESUMO

A perspectiva histórico-crítica de análise para apreensão do significado social do Serviço Social, desde a década de 1980, tem sido objeto de estudo, reflexões, replicações, interpretações das mais diversas e reverbera no acúmulo teórico, crítico e acadêmico que condensa contribuições para o trabalho profissional no capitalismo contemporâneo. Entretanto, poucos são os estudos que se apropriam do pensamento social de Karl Marx em sua integridade teórica, metodológica e histórica para análise dos fundamentos da profissão no seu movimento, inflexões e dinamicidade sócio-histórica. Em face disso, o artigo objetiva discutir e refletir acerca do referencial de análise que fundamenta o trabalho profissional com base na Crítica da Economia Política na fonte de Marx. Desse modo, aborda considerações sobre indivíduo social, trabalho coletivo, relações sociais e concepção de história e, na sequência, apresenta apontamentos sobre a inserção da profissão nestes processos para, por último, apresentar breves considerações finais.

Palavras-chave: Serviço Social; Crítica da Economia Política; Indivíduo Social; Relações Sociais; História.

ABSTRACT

The historical-critical perspective of analysis to understand the social meaning of Social Service, since the 1980s, has been the object of study, reflections, replications, interpretations of the most diverse and reverberates in the theoretical, critical and academic accumulation that condenses contributions to the professional work in contemporary capitalism. However, there are few studies that appropriate Karl Marx's social thought in its theoretical, methodological and historical integrity to analyze the foundations of the profession in its movement, inflections and socio-historical dynamism. In view of this, the article aims to discuss and reflect on the analytical framework that underlies work based on the Critique of Political Economy based on Marx. In this way, it addresses considerations about the social individual, collective work, social relations and the conception of history and, subsequently, presents notes on the insertion of the profession in these processes and, finally, presents brief final considerations.

Keywords: Social Service; Critique of Political Economy; Social Individual; Social Relations; History.

ARTIGO

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91741>

* Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, Brasil.
E-mail: isauraaquino@gmail.com.

**Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, Brasil. E-mail: inezpoa@yahoo.com.br.

*** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: mfescurra@gmail.com.

**** Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: zizadourado@gmail.com.

Como citar: AQUINO, I. G. C.; I.; ZACARIAS, I. R.; ESCURRA, M. F.; DOURADO, E. O. R. Reflexões sobre os fundamentos do Serviço Social com base na teoria social de Marx. Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea, Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 100-112, maio/ago., 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.12957/rep.2025.91741>.

Recebido em 31 de outubro de 2024.

Aprovado para publicação em 16 de novembro de 2024.

Responsável pela aprovação final:
Monica de Jesus César.



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

Introdução

Parte-se do objeto de pesquisa de que, desde a década de 1980, a perspectiva de análise histórica-crítica para apreensão do significado social do Serviço Social se traduz na existência de um acúmulo teórico, crítico e acadêmico que solidifica contribuições para o trabalho profissional no capitalismo contemporâneo. No entanto, constitui-se como problema de pesquisa os limitados estudos que se apropriam do pensamento social de Marx para análise dos fundamentos da profissão no seu movimento, inflexões e dinamicidade sócio-histórica.

Nessa perspectiva, o presente artigo tem por objetivos discutir e refletir acerca do referencial de análise que fundamenta o trabalho profissional com base na Crítica da Economia Política na fonte de Marx. Para isso, no primeiro item, são abordadas considerações sobre indivíduo social, trabalho coletivo, relações sociais e concepção de história com intuito de traçar premissas para a discussão; na sequência, tais premissas são resgatadas para avançar na reflexão acerca dos fundamentos do Serviço Social; para, por último, apresentar breves considerações finais, sem a pretensão de esgotar a complexidade do tema. Para o alcance desta proposta de trabalho, utiliza-se da abordagem teórico-metodológica do pensamento social marxiano.

Premissas para o debate

A produção e reprodução das relações sociais no marco da sociedade do capital, a forma particular de produção de riqueza¹, pobreza e expropriação determinam o caráter histórico da constituição do indivíduo social e sua unidade com o trabalho enquanto fonte substantiva do valor e de suas variadas formas mercantis atravessadas pelo dinheiro, capital e propriedade da terra. Por conseguinte, trata-se de relações humano-sociais que singularmente são relações histórico-sociais. Sob o modo de produção capitalista, a existência desses indivíduos, suas formas de organização, as relações entre eles e com a natureza, são elementos constitutivos que dizem respeito a uma forma histórica particular.

Para Marx e Engels (2007), a perspectiva materialista da história é composta por indivíduos sociais, concretos e suas ações, práticas, condições sociais e objetivas de vida que são reconhecidas na realidade concreta. Em face disso,

Devemos começar por constatar o primeiro pressuposto de toda a existência humana e também, portanto, de toda a história, a saber, o pressuposto de que os homens têm de estar em condições de viver para poder “fazer história”. Mas

1 Riqueza que nas sociedades onde impera o modo de produção capitalista se apresenta como uma imensa coleção de mercadorias e assume a forma de valor (Marx, 2015). Desse modo, a produção de valor (forma de riqueza específica do capitalismo) e, por conseguinte, de mais-valor é o princípio básico da dinâmica do modo de produção capitalista, em oposição à produção de valores de uso para a satisfação de tais necessidades.

para viver, precisa-se, antes de tudo, de comida, bebida, moradia, vestimenta e algumas coisas mais. O primeiro ato histórico é, pois, a produção dos meios para satisfação dessas necessidades, a produção da própria vida material, e este é, sem dúvida, um ato histórico uma condição fundamental de toda a história, que ainda hoje, assim como há milênios, tem de ser cumprida diariamente, a cada hora, simplesmente para manter os homens vivos (Marx; Engels, 2007, p. 33).

Destarte, o modo como os indivíduos produzem as próprias condições de vida está determinado pelas formas e o acesso aos meios de produção. Envolve a reprodução física, mas também, um modo particular de expressar a própria existência. Para isso, a produção, ou melhor, o modo como a produção é realizada deve ser considerada, haja vista a constituição dos indivíduos sociais ser o que produzem sob determinadas condições. O trabalho é, pois, muito mais do que a transformação da natureza, pois diz respeito ao seu *caráter ontológico*, enquanto categoria fundante² para apreensão dos processos produtivos e reprodutivos das relações sociais.

O indivíduo social é um produto histórico fruto de condições e relações sociais particulares e, ao mesmo tempo, criador da sociedade e não um dado da natureza [...]. O indivíduo é compreendido como um ser social: sua manifestação vital é expressão e confirmação da vida social, porque a vida individual e a vida genérica do homem não são diferentes, embora a vida individual seja o modo especial ou mais geral de vida genérica (Iamamoto, 2008, p. 347).

O gênero humano é, pois, capaz de agir, intervir e transformar para atender suas necessidades, sejam elas satisfeitas de forma individual, ou através do trabalho na relação de compra e venda no circuito mercantil capitalista. Por sua vez, as relações, objetivações e as diversas dimensões de práticas experienciadas dão dinamicidade humana à realidade sócio-histórica, independente de modo de produção.

A dimensão genérica do indivíduo social dada pelo trabalho só é possível como atividade coletiva. O trabalho vivo se realiza através do consumo de instrumentos, matérias e conhecimentos legados de gerações anteriores, denotando o caráter social do trabalho, que só pode se realizar através da relação com outros seres humanos (Iamamoto, 2001).

A relação entre a ação dos sujeitos singulares e a mediação social de seus resultados presidem os dilemas entre estrutura e ação dos indivíduos sociais. Por sua vez, a relação entre trabalho e indivíduo social, em um primeiro momento, é considerada em seus elementos simples e abstratos, ou seja, o trabalho concebido como condição da produção da

2 Para uma síntese sobre o caráter fundante do trabalho na gênese e no desenvolvimento do ser social, ver Lukács (1978). Lukács (2013), na sua *Ontologia*, examina o trabalho como condição eterna da vida humana, deixando explícito que, devido ao alto grau de abstração, não analisa a forma particular que essa categoria assume no capitalismo. Um apanhado geral desse capítulo encontra-se em Duayer; Escurra; Siqueira (2013).

vida humana e da produção de indivíduos sociais. Trata-se do trabalho humano universal, não do trabalho individual.

Todo trabalho imediatamente social ou coletivo em grande escala requer, em maior ou menor medida, uma direção que estabeleça a harmonia entre as atividades individuais e cumpra as funções gerais que resultam do movimento do corpo produtivo total em contraste com o movimento de seus órgãos autônomos. Um violinista isolado dirige a si mesmo, mas uma orquestra requer um regente. Essa função de direção, supervisão e mediação torna-se função do capital assim que o trabalho a ele submetido se torna cooperativo. Como função específica do capital, a direção assume características específicas (Marx, 2015, p. 406).

Na sociedade do capital, os indivíduos sociais inseridos em processos de trabalho diversos estão organizados com a finalidade de valorização do capital, com a maior apropriação possível, por parte dos detentores dos meios de produção, de mais-valor alcançável, através da maximização da exploração da força de trabalho. Desse modo, na medida em que aumenta a massa de trabalhadores empregados, *“aumenta também sua resistência e com ela, a pressão do capital para superá-la*. O comando do capitalista não é apenas uma função específica proveniente da natureza do processo social de trabalho e, portanto, peculiar a esse processo” (Marx, 2015, p. 406 - grifos nossos), mas sim a exploração estratégica de determinado processo social de trabalho fundamentada pela polarização determinante entre classes sociais.

Historicamente, a lógica capitalista exige força de trabalho livre capaz de ser vendida para o capital no processo de superação da produção artesanal e comunal camponesa. Assim, “não é a cooperação capitalista que aparece como uma forma histórica específica da cooperação, mas, ao contrário, é a própria cooperação que aparece como uma forma histórica peculiar do modo de produção capitalista, como algo que o distingue especificamente” (Marx, 2015, p. 410). A força produtiva social desenvolvida a partir do trabalho cooperado aparenta, na realidade social concreta, força produtiva do capital e, assim como a cooperação, aparece como própria ao modo de produção capitalista em seus múltiplos processos de trabalho. Não obstante, o trabalho coletivo é resultado de vários trabalhos parciais e fragmentados em mútua relação e dependência histórica.

Se a premissa básica da lógica do capitalismo é a produção e a circulação de mercadorias, tendo em vista a valorização do capital, a divisão social do trabalho é um dos pressupostos do processamento do trabalho coletivizado capaz de articular e integrar a multiplicidade dos estágios produtivos de mercadorias. O que é produto (final) em um determinado processo de trabalho pode entrar como matéria-prima ou meios de produção em outro processo de trabalho distinto daquele e, é desse modo, que a produção manufatureira perde sua autonomização e independência no processo de produção. Aqui,

a divisão geoespacial do trabalho detém atividades produtivas particulares em distintas regiões de um país, ou em países em particular, e se deparam com o mercado mundializado em constante expansão. Cresce, na mesma proporção, a divisão social do trabalho que, a partir dessas relações sociais, não sustenta o trabalho parcializado. É peremptório que “o trabalhador parcial não produz mercadoria. Apenas o produto comum dos trabalhadores parciais converte-se em mercadoria. [...] A divisão do trabalho na sociedade é mediada pela compra e venda dos produtos de diferentes ramos do trabalho” (Marx, 2015, p. 429). Estabelece-se um sistema complexo de relações universais e universalizantes de necessidades e capacidades humano-universais.

Na sociedade mercantil, a individualidade social é uma forma histórica particular da sociedade sob hegemonia do capital, sendo constituída em estreita vinculação com a divisão social do trabalho e dependência mútua entre os indivíduos sociais (Iamamoto, 2001). Nesse estágio, a produção de cada indivíduo depende da produção de todos e a transformação do produto de seu trabalho em meios de subsistência para satisfação de necessidades sociais, também depende dos demais (Marx, 2011; 2015). Entretanto, como inicialmente assinalado, sob o capital, interessa a produção de valor e mais-valor de forma incessante, a valorização do capital, e não a satisfação de necessidades, mas, evidentemente, apesar disso, a existência de necessidades fundamenta e dá lugar à própria produção de mercadorias, garantindo a troca generalizada, característica dessa forma de organização social.

“A divisão do trabalho torna o trabalho do indivíduo produtor tão unilateral, quanto multilaterais as suas necessidades, fazendo com que seu produto sirva-lhe apenas como meio de troca – e, portanto, valor de troca” (Iamamoto, 2001, p. 49). Nesse sentido, para Konder (2009), o capitalismo mercantiliza a vida social e transforma o trabalho em algo independente do ser humano e, portanto, como algo que lhe é estranho e que não lhe pertence. Torna-se esse ciclo de alienação e dominação natural violento e implacável, através da exploração e da apropriação dos frutos do trabalho.³

Tal fenômeno de dominação/exploração, de uma classe detentora dos meios de produção sobre outra, que dispõe unicamente de sua força de trabalho para garantir a satisfação de suas necessidades materiais de reprodução social e de sua família, revela uma subordinação do trabalhador ao capital. Ao mesmo tempo, em uma perspectiva dialética da história, esse processo de alienação e dominação/exploração contém em si mesmo, contraditoriamente, as forças motrizes, em permanente movimento, capazes de superá-lo, contrapondo-se, assim, a uma visão a-histórica, unilateral, estática, reducionista e empobrecedora da práxis humana.

No circuito do valor, a participação do indivíduo social na divisão social e técnica do trabalho na produção de produtos-mercadorias, resultados determinados e determinantes

3 Cf. inúmeras passagens sobre o processo de alienação e estranhamento em Marx (2011; 2015) e Marx (2012).

do trabalho, em face das condições de vida e de trabalho da classe trabalhadora em geral, possibilita a reprodução social nos diversos âmbitos da produção.

Vale reforçar que o trabalho em si não é social, torna-se social a partir do mercado, no processo de compra e venda de força de trabalho, independentemente da sua especialidade, capacidade e grau de complexidade. O trabalho subsumido ao capital manifesta-se como trabalho útil, na sua qualidade, que produz objetos de uso na satisfação de necessidades sociais como partícipe da divisão social do trabalho e, como trabalho abstrato, na sua quantidade, como dispêndio de força humana, abstraído da sua forma concreta como produtor de valor.

A divisão social do trabalho cria a partir das particularidades dos instrumentos de trabalho, da formação e capacitação de cada trabalhador parcial, um conjunto articulado qualitativo e quantitativo de diversos processos de produção na sociedade capitalista e organiza o trabalho social. Desenvolve, concomitante, a força social produtiva do trabalho na sociedade de classes e a particulariza como processo de produção social capitalista. Essa divisão social do trabalho é, tão somente, a forma peculiar e determinante de produzir mais-valor relativo e da hipertrofia de autovalorização do capital, promovendo a riqueza social à custa dos indivíduos sociais. A divisão social do trabalho, “não só desenvolve a força produtiva social do trabalho exclusivamente para o capitalista, em vez de para o trabalhador, como o faz por meio da mutilação do trabalhador individual. Ela produz novas condições de dominação do capital sobre o trabalho” (Marx, 2015, p. 438).

Percebe-se que, concomitante com o desenvolvimento das forças produtivas, da divisão do trabalho e sua potencialização, cresce a heterogeneidade da classe trabalhadora, modificam-se as formas de exploração da força de trabalho, assim como alteram-se as posições das diversas frações das classes representativas do capital e suas formas de enfrentar a questão social em face dos interesses de grupos econômicos específicos.

Entretanto, o trabalho, produtor de valor em sua dimensão histórica e ontológica expressa o baluarte do indivíduo social como ser criativo, autêntico, livre e capaz de produzir a própria história, no contexto da superação do modo de produção capitalista.

A relevância e a centralidade da História são notórias em Marx (2007; 2011; 2012; 2015) e nos estudos marxistas ao considerarem essa categoria em sua processualidade, marcada por aspectos constitutivos da dinâmica de produção/reprodução das relações sociais. Nesse sentido, tal centralidade é mediatizada por múltiplas dimensões expressas em particularidades históricas concretas, as quais se constituem pela ação dos sujeitos protagonistas de sua própria história. Essa premissa é explicitada em Marx e Engels ao afirmarem que “são os indivíduos reais, sua ação e suas condições materiais de existência, tanto as que eles já encontram prontas, como aquelas engendradas de sua própria ação. [...] A primeira condição de toda a história humana é, naturalmente, os seres humanos vivos” (Marx; Engels, 2007, p.10).

Para Marx e Engels (2007, p. 86), “a única ciência” que existe é “a ciência da História”, revelando, assim, sua concepção particular de ciência considerada como um modo privilegiado de conhecimento, que se sobrepõe aos demais campos. Marx, apropriando-se do legado de outras ciências, apresenta uma contribuição original ao estudo das relações sociais de produção capitalista. Elucida os determinantes e a dinâmica desta sociedade, decodificando suas relações intrínsecas, a partir da compreensão de que a mercadoria constitui sua forma elementar ou celular básica (Marx, 2015).

Ao identificar a materialização do trabalho enquanto atividade social que corporifica valor e, portanto, produz mais-valor, Marx (2015) desmistifica os mecanismos de exploração próprios da relação entre capital e trabalho constitutivos da acumulação capitalista que reconhece o protagonismo nas lutas e tensões entre classes sociais que envolvem os indivíduos sociais, na supressão da ordem burguesa, enquanto possibilidade histórica.

Desse modo, a teoria social de Marx (2007; 2011; 2012; 2015) implica na crítica da negação da perspectiva de história hegemônica em sua época, cuja tônica predominante afirma a naturalização e imutabilidade do modo de produção capitalista. Na crítica por ele preconizada, denuncia a dissociação das relações e conexões entre política e economia e entre estas e o processo de valorização do capital. A historicidade radical do pensamento marxiano também pode ser constatada na crítica elaborada à maneira de proceder dos economistas que consideram naturais e eternas as relações de produção burguesas.⁴

A teoria social de Marx rompeu, conseqüentemente, com perspectivas que tomam como natural a ordem estabelecida associando as determinações históricas às leis da natureza, ao invés de tomá-las enquanto resultado de processos políticos e histórico-sociais.

Outro aspecto relevante a ser registrado é que Marx foi muito além dos saberes autonomizados em áreas específicas da ciência e construiu um legado que expressa

uma concepção radicalmente revolucionária, seja enquanto expressão ideal, seja enquanto diretriz prático-política. Em Marx, a teoria, produto do cérebro dos homens, constitui a *reprodução*, no plano das ideias, do *movimento real do objeto* de que se ocupa. O *núcleo duro* da obra que Marx nos legou é a teoria que *reproduz idealmente o movimento real do capital* no processo de gênese, da consolidação, do desenvolvimento e das condições de crise da sociedade embasada no modo de produção capitalista: a sociedade burguesa. E a *verdade* da teoria, assim posta, não depende apenas de sua coerência interna: a sua prova decisiva se faz no confronto com a dinâmica profunda dessa sociedade, faz-se na *prática social*. (Netto, 2020, p. 33 — grifos no original).

4 Para os economistas burgueses “apenas existem dois tipos de instituições, as da arte e as da natureza. As instituições do feudalismo são instituições artificiais, as da burguesia são instituições naturais. Nisso são parecidos como os teólogos que, também eles, estabelecem duas espécies de religiões. Toda religião que não é a sua é uma invenção dos homens, enquanto a sua própria religião é uma emanção de Deus” (Marx, 2008, p. 144).

Nessa perspectiva, a teoria social de Marx reconhece o movimento e as contradições inerentes da sociedade capitalista, recusando a concepção desprovida de historicidade concreta, em que a fragmentação da totalidade social unilateraliza a análise e a compreensão da dinâmica das relações sociais, assim como sua relação com o processo de valorização do capital. Ele constata que os economistas burgueses, ao afirmar que as atuais relações de produção burguesas são naturais,

dão a entender que são essas as relações nas quais se cria a riqueza e desenvolvem-se as forças produtivas de acordo com as leis da natureza. Portanto, essas relações são por si mesmas leis naturais independentes da influência do tempo. São leis eternas que devem reger sempre a sociedade. Desse modo, houve história, porém não há mais. Houve a história, visto que houve instituições feudais, e que nessas instituições do feudalismo se encontram relações de produção totalmente diferentes daquelas da sociedade burguesa, que os economistas querem fazer passar por naturais e, por isso, eternas. (Marx, 2008, p. 144-145).

Como visto, Marx assume uma crítica radical, em seu tempo presente, à economia política burguesa. Diferentemente do pensamento de sua época, estabelece como ponto nodal de sua teoria a História como categoria e como parte constitutiva de sua forma de compreender e intervir no mundo.

Frederico (2010, p.7) destaca que “um dos eixos centrais da metodologia de Marx é a ‘centralidade do tempo presente’ para o conhecimento dos fenômenos históricos.” Nessa expressão reside, portanto, o entendimento da “história como um processo em constante desenvolvimento e o presente como um momento privilegiado para entender o passado” (Frederico, 2010, p. 7).

Serviço Social: crítica dos fundamentos

O Serviço Social, ao longo das décadas, tem sido objeto de estudos que buscam compreendê-lo no contexto da divisão social e técnica do trabalho, a partir das particularidades que assume nos marcos do capital. Esse enfoque permite explorar como a profissão se insere na dinâmica de produção e reprodução das relações sociais no capitalismo, a partir das suas implicações concretas, pois o seu trabalho incide “nas condições materiais da existência dos sujeitos” (Iamamoto, 2008, p. 418). Da mesma forma, esse trabalho só pode ser efetivado caso seja igualado a todos os outros trabalhos, independentemente das suas qualidades ou especificidades, enquanto trabalho abstrato “mero coágulo de tempo de trabalho social médio” (Iamamoto, 2008, p. 421).

Embora essa perspectiva de apreensão sobre a profissão já se faça presente há algumas décadas, sendo o seu debate inaugurado há aproximadamente 40 anos por Yamamoto; Carvalho (1982), ainda persistem lacunas no que tange ao domínio de seus fundamentos,

a partir dos estudos marxianos sobre o duplo caráter do trabalho, bem como de seus fundamentos históricos, tendo em vista as condicionalidades impostas pelo movimento da sociedade, a partir da luta das classes sociais que incide na tensão entre a direção social do trabalho profissional e a condição assalariada de assistentes sociais.

Iamamoto (2019, p. 40) ao tratar particularmente o Serviço Social e o processo de (re)produção das relações sociais, retoma e aprofunda aspectos inaugurados nessa época. Desse modo, indica a importância da compreensão dos processos históricos e, portanto, da reprodução das relações sociais enquanto “um modo de vida que envolve o cotidiano da vida social”, onde o movimento e as contradições lhes são parte constitutivas.

O processo de reprodução das relações sociais não se reduz, pois, à reprodução da força viva de trabalho e dos meios materiais de produção, ainda que os abarque. Ele refere-se à reprodução das forças produtivas sociais do trabalho e das relações de produção na sua globalidade, envolvendo sujeitos e suas lutas sociais, as relações de poder e os antagonismos de classe. Abrange a reprodução da vida material e da vida espiritual. (Iamamoto, 2019, p. 40).

Ainda de acordo com a análise de Iamamoto (2008), a reprodução das relações sociais é um processo que abrange a totalidade do modo de vida socialmente determinado, refletindo-se nas lutas de poder e hegemonia entre as classes sociais. Assistentes sociais, ao atuarem nesse contexto, não se limitam à reprodução das condições materiais, pois também influenciam a produção das condições sociais e espirituais que sustentam a ordem capitalista. Nesse sentido, citando como exemplo as políticas sociais, que frequentemente são materializadas através do trabalho desses profissionais, elas desempenham um papel duplo: são respostas a uma parte das demandas da classe trabalhadora, através da prestação de serviços que atendem parcialmente as suas necessidades; enquanto, simultaneamente, mantêm as condições que favorecem a reprodução do capital, pois auxiliam no aumento da produtividade do trabalho e, portanto, favorecem a acumulação de capital, da mesma forma que mantém um exército industrial de reserva e controla focos de tensão social.

Essa dualidade é central para entender a profissão, haja vista que a categoria participa de múltiplos processos de trabalho e seu papel é partícipe da divisão social e técnica do trabalho. A execução de seu trabalho se realiza sob a condição de assalariamento, o que lhe confere uma autonomia relativa, moldada pelas expectativas e condições impostas pelos empregadores. A mercantilização dessa força particular de trabalho a insere na lógica de valorização do capital, fazendo com que sua atuação não se restrinja ao atendimento das necessidades imediatas de usuários, mas se estenda à reprodução das condições sociais necessárias para a continuidade do processo de acumulação capitalista.

O trabalho de assistentes sociais, portanto, deve ser analisado tanto em sua dimensão concreta quanto abstrata. Enquanto o trabalho concreto lida diretamente com as

expressões da questão social, proporcionando atendimento às necessidades emergentes da população; enquanto o trabalho abstrato contribui para a manutenção das condições estruturais que perpetuam a exploração e a acumulação capitalista. Essa compreensão amplia a visão sobre a profissão, inserindo-a no contexto mais amplo das lutas sociais e da reprodução das relações de poder.

Além disso, a análise crítica dos fundamentos da profissão destaca a importância do conhecimento teórico e metodológico para o exercício profissional. O domínio das técnicas, sob a ótica das competências profissionais, é fundamental, mas deve ser acompanhado de uma compreensão profunda das condições sociais e históricas que moldam as demandas de usuários e contratantes. Isso permite (e exige) que assistentes sociais não apenas respondam às necessidades imediatas, mas também atuem de forma estratégica na transformação das condições sociais que geram essas demandas.

Em suma, a atuação vai além da mera prestação de serviços que envolve a complexa unidade entre a produção e a reprodução social. Assim, compreender o Serviço Social requer uma análise que considere tanto sua função imediata quanto seu impacto estrutural na dinâmica social e econômica da sociedade capitalista. Essa perspectiva permite que a profissão seja reconhecida não apenas por seu valor instrumental, mas também por seu potencial transformador dentro das lutas sociais.

Tais profissionais ao venderem sua força de trabalho, inserem-se no circuito de valorização do capital, regulado por contratos que definem e qualificam sua reprodução como trabalho especializado. Embora a maior parte da categoria profissional não esteja diretamente envolvida na produção,⁵ ela cria as condições necessárias para a manutenção da força de trabalho, essencial para a criação de valor e mais-valor e, portanto, para a valorização do capital. Assim, mesmo que seja considerado trabalho improdutivo por não criar mais-valor,⁶ o Serviço Social participa da implementação das condições necessárias para a reprodução social e econômica.

Além disso, entender os fundamentos do Serviço Social a partir do caráter ontológico trabalho, na perspectiva marxiana, exige reconhecer a profissão como uma especialização do trabalho coletivo, forjada pelos processos históricos da sociedade brasileira ao “abordar o Serviço Social como uma profissão socialmente determinada na história da sociedade brasileira. Em outros termos, analisar como o Serviço Social se formou e desenvolveu no marco das forças societárias.” (Iamamoto, 2004, p. 57). Significa, também, analisar sua forma de contribuição para a conformação da profissão na realidade

5 Cf. Conselho Federal de Serviço Social - CFESS (2022).

6 Para uma breve referência sobre a diferença de trabalho produtivo e improdutivo na perspectiva marxiana, ver Escurra; Iamamoto (2020, item 3, especificamente p. 108-111).

social. Partir do trabalho é, portanto, essencial para compreender o significado da profissão como parte do trabalho coletivo.

Ainda é comum o uso do termo “prática” como sinônimo de “trabalho” no debate sobre a profissão. No entanto, Iamamoto (2004) argumenta que essa distinção não é apenas semântica, trata-se, pois, de uma mudança de concepção. O trabalho, conforme mostrado por Marx (2015), envolve a transformação da natureza para satisfazer necessidades humanas, sendo uma atividade intrinsecamente ética e consciente. O trabalho profissional, como especialização do trabalho coletivo, insere-se no âmbito da produção de valor, contribuindo para a reprodução da força de trabalho e da riqueza social. Ademais, o processo de trabalho implica a manipulação de matéria-prima, instrumentos e força de trabalho. O trabalho profissional, com base nestes elementos, independentemente das suas características qualitativas, tem como objeto a questão social.

Por conseguinte, é fundamental a apropriação de como as expressões se conformam historicamente e incidem sobre a vida cotidiana dos sujeitos atendidos através dos mais diferentes serviços e políticas sociais e públicas. Mais do que isto, a questão social deve ser apropriada a partir de um viés totalizante, mediada pelos aspectos conjunturais e estruturais da sociedade do capital. “Nesta perspectiva, o conhecimento da realidade deixa de ser um mero pano de fundo para o exercício profissional, tornando-se condição do mesmo, do conhecimento do objeto junto ao qual incide a ação transformadora ou esse trabalho.” (Iamamoto, 2004, p. 62).

A condição de assalariamento determina a autonomia relativa de assistentes sociais, que têm suas práticas moldadas pelas expectativas dos empregadores. Assim, o seu trabalho é condicionado por fatores estruturais como as relações de classe, raça, gênero, e as condições sociais impostas pelo capital. Essas características reforçam as marcas de subalternidade e exploração, mas também podem demonstrar compromisso histórico com os interesses da classe trabalhadora. Avançar no debate sobre os fundamentos do Serviço Social e sua conformação sob a sociabilidade do capital é fundamental para entender seu papel na produção e reprodução do valor.

Considerações finais

A proposta do artigo foi discutir e refletir acerca do referencial de análise que fundamenta o trabalho profissional com base na Crítica da Economia Política, na fonte de Marx. Para isso, em um primeiro momento foram abordadas questões sobre indivíduo social, trabalho coletivo, relações sociais e concepção de história, tendo em vista fornecer apontamentos essenciais para avançar no debate sobre a concepção de fundamentos do Serviço Social.

Cabe registrar que se reconhece a amplitude e complexidade que esta proposta significa. Assim, longe de pretender esgotar reflexões, é possível afirmar que pensar as questões afeitas ao Serviço Social na contemporaneidade, a partir das contribuições da teoria social marxiana supõe reconhecer a perspectiva de totalidade social como categoria fundamental na análise da sociedade. E, nessa direção, supõe também compreender que seres sociais são partícipes de sua própria história e, como tais, podem subvertê-la – não como fatalidade histórica, mas como expressão de sua organização política na arena das lutas das classes sociais.

Essa perspectiva histórica, claramente não linear, afasta-se da visão da história como uma sucessão factual, um devir evolutivo e mecanicista, ao evocar as complexidades da trama social como resultante do desenvolvimento das forças produtivas e das relações de produção, em que o capital se estabelece como relação social e não como algo autônomo na constituição da vida social.

O trabalho profissional não se restringe ao trabalho concreto (valor de uso), pois participa da produção socialmente necessária e da luta pela hegemonia entre as forças sociais. Assim, o Serviço Social é socialmente necessário, atuando a partir de questões vitais para a sobrevivência social e material da classe trabalhadora.

Não obstante, um dos desafios profissionais para contribuir com o debate construído nas últimas décadas é o deciframento dos processos e expressões da particularidade da formação social brasileira, no sentido de avançar para a sua compreensão no tempo presente. Outro desafio a considerar é o reconhecimento de suas configurações históricas e as multiplicidades de mediações relacionadas ao modo de organização da vida material e imaterial dos mais diversos sujeitos políticos e sociais concretos e, especialmente, daqueles que constituem e dão densidade a diferentes matrizes socioculturais e ideopolíticas. Trata-se de um aspecto central para avançar na compreensão dos vários Brasis e da diversidade de sua população.

Contribuições: As autoras participaram integralmente da concepção, elaboração e revisão do manuscrito.

Agradecimentos: Não se aplica.

Agência financiadora: Não se aplica.

Aprovação por Comitê de Ética: Não se aplica.

Conflito de interesses: Não se aplica.

Referências

Conselho Federal de Serviço Social - CFESS. Perfil de assistentes sociais no Brasil: formação, condições de trabalho e exercício profissional, Disponível em: <https://www.cfess.org.br/arquivos/2022Cfess-PerfilAssistentesSociais-Ebook.pdf> 2022. Acesso em: 09 out. 2024.

DUAYER, M.; ESCURRA, M. F.; SIQUEIRA, A. V. A ontologia de Lukács e a restauração da crítica ontológica em Marx. In: *Revista Katálysis*, Florianópolis, v. 16, n. 1, jan./jun., 2013, p. 17-25.

ESCURRA, M. F.; IAMAMOTO, M. V. Serviço Social e trabalho da(o) Assistente Social: revisitando o debate histórico-crítico. In: MELO, A. I. S. C.; CARDOSO, I. C. da C.; FORTI, V. L. (Org.). *Trabalho, reprodução social e serviço social: desafios e utopias*. Navegando Publicações, 2020. p. 93-116. Disponível em: https://www.editoranavegando.com/_files/ugd/35e7c6_e201cab1476d402aad49c66777151dcd.pdf. Acesso em: 08 ago. 2024.

FREDERICO, C. Prefácio. Nas trilhas da emancipação. In: MARX, K. *Contribuição à crítica da filosofia do direito de Hegel*: introdução. São Paulo: Expressão Popular, 2010.

IAMAMOTO, M. V.; CARVALHO, R. de. *Relações sociais e Serviço Social no Brasil*: esboço de interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez; Lima, Peru: CELATS, 1982.

IAMAMOTO, M. V. *Trabalho e indivíduo social*. São Paulo: Cortez Editora, 2001.

IAMAMOTO, M. V. *O Serviço Social na Contemporaneidade*: trabalho e formação profissional. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2004.

IAMAMOTO, M. V. *Serviço Social em tempo de capital fetiche*: capital financeiro, trabalho e questão social. 3 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

IAMAMOTO, M. V. O Serviço Social brasileiro em tempos de mundialização do capital. In: YAZBEK, M.C.; IAMAMOTO, M. V. (Org.). *Serviço Social na história*: América Latina, África e Europa. São Paulo: Cortez, 2019. p. 34-61.

KONDER, L. *Marxismo e alienação*: contribuição para um estudo do conceito de alienação. São Paulo. Expressão Popular, 2009.

LUKÁCS, G. As bases ontológicas do pensamento e da atividade do homem. In: *Temas de Ciências Humanas*, Volume 4. São Paulo, Livraria Editora Ciências Humanas, 1978, p. 1-18.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, K.; ENGELS, F. *A ideologia alemã*: crítica da mais recente filosofia alemã em seus representantes Feuerbach, B. Bauer e Stirner, e do socialismo alemão em seus diferentes profetas (1845-1846). São Paulo: Boitempo, 2007.

MARX, K. *Miséria da Filosofia*. São Paulo: Martin Claret, 2008.

MARX, K. *Grundrisse*. Manuscritos econômicos de 1857-1858. Esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, K. *Manuscritos Econômico-filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2012.

MARX, K. *O Capital*: Crítica da Economia Política: Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2015.

NETTO, J. P. *Karl Marx*: uma biografia. São Paulo: Boitempo, 2020.